

A História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico

Paulo E. Guimarães

Universidade de Évora. CICP - Centro de Investigação em Ciência Política

Inês Amorim

Universidade do Porto. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Resumo

Este texto descreve os recentes desenvolvimentos da História Ambiental em Portugal, os seus temas principais, projetos de investigação, instituições e grupos de estudo. Apesar da tradição da geografia histórica na historiografia portuguesa, o ambiente foi um tema negligenciado pelos historiadores portugueses até recentemente. Os autores revelam três áreas principais de desenvolvimento da investigação no recente despertar da História Ambiental em Portugal: a primeira, participando em equipas de investigação multidisciplinares para construir o conhecimento necessário para enfrentar questões globais urgentes, fornecendo dados históricos e evidências de mudanças ambientais; a segunda, mais preocupada com processos históricos que enfatizam a interação entre a natureza e o homem; e a última, preocupada em como sociedades resilientes construíram alterações ambientais irreversíveis, insustentabilidade ambiental, criaram sistemas de governança predatória e lidaram com conflitos ambientais. A nota final reflete nos desafios que as instituições culturais (arquivos, bibliotecas e museus) e os historiadores têm de enfrentar para responder às necessidades atuais da sociedade para construir a sustentabilidade e a paz.

Palavras-chave:

História Ambiental (Portugal), Historiografia – Ambiente (Portugal), Impactos Económicos da Globalização (Ambiente)

Códigos JEL: N33, N4, N63

Fecha de recepción del original: 24 de febrero de 2016; versión definitiva: 27 de agosto de 2016.

Paulo E. Guimarães, Universidade de Évora. CICP - Centro de Investigação em Ciência Política. Palácio do Vimioso Largo Marquês de Marialva, 8 7000-554 Évora, Portugal

Tel.: +351 266 706 581; E-mail: peg@uevora.pt.

Inês Amorim, Universidade do Porto. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal

Tel.: +351 226077168 (4149); E-mail: iamorim@letras.up.pt.

ENVIRONMENTAL HISTORY IN PORTUGAL: THE EMERGENCE OF A NEW HISTORIOGRAPHICAL

Abstract

This text describes the recent developments of the Environmental History in Portugal, their main themes, research projects, institutions and study groups. In spite of a historical geographical tradition on Portuguese historiography, the environment was a neglected theme to Portuguese historians until recently. The authors reveals three major areas of research development in the recent spurt of the environment history in Portugal: one, being part of interdisciplinary research teams to built knowledge regarding urgent global issues, providing historical data and empirical evidence of environmental changes; the second one, concerning historical processes emphasizing the interaction between nature and humans; and the last one, focusing on how resilient societies have built irreversible environmental changes, environmental unsustainability, create predatory governance systems and dealt with environmental conflicts. The final note reflects on the challenges that cultural institutions (archives, libraries and museums) and historians in Portugal had to face to respond to the current society needs to build sustainability and peace.

Keywords

Environmental History (Portugal), Historiography–Environment (Portugal), Economic Impacts of Globalization (Environment)

JEL codes: N33, N4, N63

A História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico¹

Paulo E. Guimarães

Universidade de Évora. CICIP - Centro de Investigação em Ciência Política

Inês Amorim

Universidade do Porto. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

A História Ambiental constitui um campo historiográfico emergente em Portugal, revelando apesar disso grande vitalidade e diversidade nas suas temáticas e metodologias. A criação de uma Rede Portuguesa de História Ambiental (<http://reportha.org>) recentemente, em Novembro de 2015, constitui um marco identitário neste percurso. Criou-se um espaço que permitiu consolidar o trabalho colaborativo anteriormente desenvolvido por historiadores de 4 universidades e centros de investigação (o CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Universidade do Porto; o CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; o Instituto de História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa; e a Universidade do Porto) e, ao mesmo tempo, alargar essa rede a todos os investigadores nacionais e estrangeiros que têm no ambiente e nas suas relações com a cultura, a sociedade, a economia e as instituições portuguesas o seu foco de interesse principal.

Neste contexto, procura-se apresentar um primeiro balanço do que têm sido os recentes desenvolvimentos da História Ambiental em Portugal, os seus temas principais, projetos de investigação, instituições e grupos de estudo, tipologias de trabalho e percursos da historiografia ambiental. É, sobretudo, um mapear de múltiplos caminhos, pelo que se terá de incorporar referências a contribuições que se preocuparam, *de alguma forma*, com questões ambientais, a par de outras, provenientes de outros domínios científicos, mais interessadas na historicidade de fenómenos naturais e da biodiversidade, mais do que na sua interação com os humanos.

Uma primeira nota breve sobre este tema, dirigida à comunidade científica internacional, foi escrita em 2012 por Inês Amorim e Stefania Barca. Nela se assinalava o valor da experiência histórica portuguesa no mundo para a história ambiental bem como do impulso que então já se perspectivava, lançando as bases para o acolhimento do 2º Congresso Mundial de História Ambiental que teve lugar em Guimarães dois

anos mais tarde (Amorim e Barca, 2012). Apesar deste entusiasmo justificado, não podemos deixar de assinalar o acolhimento duplamente tardio em relação aos temas ambientais e à ecologia pelos historiadores nacionais, quer quando o comparamos com o interesse das ciências sociais pelos problemas sociais e políticos associados ao ambiente e ao ordenamento do território desde o início da década de 1990 em Portugal, quer ainda quando verificamos o aparecimento no Brasil, desde a mesma altura, de textos de reflexão e de divulgação científica e estudos históricos interessados na dimensão ambiental no período colonial e contemporâneo (Schmidt, 2008; Drummond, 1991; Worster, 1991; Lef, 2005; Martins, 2007; Padua, 2010).

Como veremos, a história ambiental “nasce” internacionalizada em Portugal, respondendo também a solicitações “externas”. Não surpreende, por isso, a natureza fundacional do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona, realizado nos dias 30 e 31 de março de 2012 no Centro de Estudos Sociais (CES) e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde participaram 20 investigadores (14 dos quais estrangeiros). Este encontro, que surge na sequência de dois *workshops* internacionais promovidos pela Universidade do Minho, realizados alternadamente em Braga e no Brasil em 2009 e 2011 respetivamente, para além de ter permitido um primeiro contacto entre estudiosos de história ambiental do mundo lusófono, pretendia-se “tornar a história ambiental, particularmente a lusófona, mais conhecida no seio da comunidade científica portuguesa, com vista a que outros/as estudiosos/as pudessem reconhecer o seu próprio trabalho como pertencente a esta área e, eventualmente, juntar energias em projetos de investigação comuns” (Amorim e Barca, 2013: 9). Este campo foi então definido como

uma área de investigação interdisciplinar que visa explorar a inter-relação dinâmica entre as sociedades e os seus ambientes. Parte do pressuposto de que as sociedades evoluem, na relação com os ecossistemas, aos quais pertencem, em diferentes escalas territoriais. Ela visa reintroduzir

¹ Este estudo foi desenvolvido no Centro de Investigação em Ciência Política e apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através de fundos nacionais (UID/CPO/00758/2013).

a natureza na narração histórica, investigando o papel dos recursos naturais, dos vírus, do clima e dos eventos catastróficos nas mudanças sociais de longo, médio e até breve prazo. Ao mesmo tempo, a história ambiental pretende esclarecer o papel dos seres humanos, nas suas diferentes formas de organização socio-política, em determinar as mutações da natureza. Enquanto ciência humana e social, com caráter interdisciplinar, a história ambiental visa interagir tanto com as ciências naturais (biologia, ciências florestais e agrárias, ciências do clima, etc.) quanto com as outras ciências sociais, no intento de contribuir para a superação da dicotomia cognitiva entre género humano e natureza (Amorim e Barca, 2013: 9).

Antecedentes: geografia e história nacional

Numa obra de grande divulgação sobre a historiografia portuguesa, publicada em meados da década de 1990, enunciavam-se as suas áreas de especialização no século XX: a história política, militar, diplomática, económica e social, da cultura, das instituições, mentalidades, da arte, educação, etc. Logo a seguir apontavam-se as *novas tendências historiográficas*: o regresso da história política, da biografia, da prosopografia e do estudo das elites, a nova história local e regional, enfim, história do feminino (Torgal, Mendes e Catroga, 1996). Não foram então consideradas as possibilidades de desenvolvimento da história ambiental entre nós num futuro próximo. O ambiente aparecia praticamente reduzido aos “quadros geográficos” nas primeiras páginas das monumentais Histórias de Portugal, que se multiplicaram a partir da década de 1980. A *História de Portugal* de A.H. Oliveira Marques, publicada em 1972, que formou uma geração inteira de portugueses, dedicava 7 páginas aos “traços permanentes: o espaço”. Aí retomava o tema do Mediterrâneo e do Atlântico, caro ao geógrafo Orlando Ribeiro (1911-1997), para definir uma unidade e identidade nacionais (Oliveira Marques, 1978: 3-10). O espaço geográfico interessava porque é “o cenário onde decorre a sucessão de acontecimentos que importa analisar”, como afirmava Carlos Medeiros na “Introdução Geográfica” a outra História de Portugal de grande divulgação, publicada no início da década de oitenta (Medeiros, 1983: 5). Importava, por isso, conhecer “as condições naturais do ambiente e a sua influência sobre a atividade humana: o relevo, o clima, os solos, os recursos do subsolo” bem como as atividades económicas que decorrem da “ação do homem sobre o meio natural” (Medeiros, 1983: 5). A influência do meio natural fazia-se, pois, em sentido único (sobre o homem) e, embora se rejeitasse o determinismo, esse meio impunha limites às possibilidades da economia e da organização social.

Grandes epidemias e desastres naturais mereciam alguma atenção. Assim, admitia-se que a Peste Negra, estudada por Virgínia Rau, que devastou o país durante três meses em 1348, tal como o Terramoto de 1755, tivessem tido consequências na ordem política, social e económica (Rau, 1963). Mas as epidemias, mais até do que as fomes, com destaque para a “gripe espanhola” de 1919, foram elencadas quase sempre para explicar tão-somente comportamentos demográficos. No entan-

to, os efeitos de doenças endémicas em grande parte do país, como o paludismo, bem como a eficácia tardia na luta contra este flagelo, não mereceram especial atenção até recentemente. Constituiu uma exceção, neste contexto, o estudo de Irene Maria Vaquinhas sobre a expansão da cultura do arroz no século XIX, nos campos do Mondego (Vaquinhas, 1991). Ela mostrou como, nesse contexto, o desenvolvimento do capitalismo agrário apareceu associado à expansão da cultura do arroz que, por sua vez, provocou frequentes surtos sazonáticos que “consumiam a saúde dos povos e devastavam as povoações”. Em 1862-63, o paludismo afetava 65,8 % da população da vila de Montemor, atingindo predominantemente os estratos mais desfavorecidos, que estavam “impossibilitados de se retirarem [...] como fazem os mais abastados”. A expansão da cultura do arroz (verificada igualmente no vale do Sado, com consequências idênticas) levou assim ao conflito ambientalista que opôs os maiores partidos políticos, proprietários à população pobre que lutou pela sua suspensão. Só nos anos ‘30 do século XX, o Estado começou a atuar com eficácia e a aplicar conhecimentos científicos que erradicaram a doença, tal como ocorreu noutros países da Europa mediterrânica (Faustino, 2006; Ferreira, 2008; Gama, 2010; Saavedra, 2010). A memória da vivência da doença pelos trabalhadores e suas famílias, as práticas seguidas durante os surtos epidémicos nas suas relações com o trabalho foram recolhidas recentemente por Mónica Saavedra (2013)².

A historiografia medieval mostrou-se talvez mais sensível à historicidade do meio ambiente. Elegendo a região como unidade privilegiada de análise, esse espaço-meio natural estabelecia um limite às diferentes formas de extração de recursos de um território com base na dotação de homens, tecnologia e capitais. Serve-nos de ilustração, a este respeito, o estudo de Pedro Barbosa que, em *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, identificou algumas mudanças nas linhas da costa, assoreamentos em cursos de água, esforçando-se igualmente por traçar “um quadro completo do que teria sido a cobertura vegetal espontânea” nessa região, recorrendo à toponímia usada nas fontes coevas para identificar o coberto vegetal (Barbosa, 1992: 25). Não estranhámos a ausência de referências à fauna local. Percebe-se que, por detrás das mudanças no uso do território e na ocupação do espaço, os processos de mudança natural são demasiado lentos para serem tidos em consideração (Barbosa, 1992: 23-25). As alterações climáticas ocorridas entretanto não são tidas em conta no esforço principal que desenvolve, direcionado para captar e descrever estruturas, agentes de poder e sistemas de propriedade.

Há, no entanto, um debate sobre as raízes geográficas da expansão portuguesa e da sua vocação comercial e agrária que encontramos, no período entre as duas guerras mundiais, em geógrafos como Orlando Ribeiro, em ensaístas ligados ao grupo da Seara Nova e historiadores como António Sérgio e Jaime Cortesão. Deste diria Vitorino Magalhães Godinho que

² O combate ao paludismo ao longo dos três últimos séculos em Portugal e no seu antigo espaço colonial africano, bem como as suas consequências, tem interessado igualmente historiadores da ciência, antropólogos e outros investigadores sociais. Veja-se a coletânea de estudos em Bastos e Barreto (2011).

“tem o sentido das paisagens, o sentido agudíssimo do espaço, é de raiz geógrafo. Falta-lhe o sentido do económico e das estruturas coletivas profundas” (Cortesão, 1978: XXIX-XXX). Inspirado pela Geografia Humana de Jean Brunhes (1869-1930) e Camille Vallaux (1870-1945), Cortesão tentou estabelecer uma “Teoria geográfica da formação de um Estado no Ocidente da Península”, nome do capítulo com que abre *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal* (1930). Ele defendia então que a formação política de Portugal era incompreensível sem a encarar nas suas relações com o território (Cortesão, 1930 e 1978: 16). Segundo ele, desde muito cedo, ou seja, desde os séculos XII e XIII ter-se-ia formado o “género de via nacional: o comércio marítimo com base na agricultura”. Sublinhava neste processo histórico o povoamento do litoral, o desenvolvimento da atividade marítima, a par da revolução comunal da idade média nas vésperas da expansão atlântica. O tema foi depois retomado em *Os Descobrimientos Portugueses* (1960, 1962), onde procurou identificar elementos geográficos na formação de uma nação atlântica. Para ele, “a história portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território (...) Na realização desses esforços forjou a sua individualidade nacional; e com ela influiu na história da Humanidade” (Cortesão, 1979: 118). Apesar do conhecimento que Cortesão tinha das grandes linhas de alteração no território desde os finais do período medieval e das alterações ambientais introduzidas pela colonização portuguesa, neste “Roteiro Geral dos Descobrimientos Portugueses” interessou-lhe fundamentalmente explicar o destino nacional. A par dos fatores geográficos e económicos, considerou determinante os progressos no conhecimento da geografia e os processos pelos quais os obstáculos geográficos, inerentes às navegações oceânicas, foram sendo ultrapassados através de mudanças mentais, progressos tecnológicos, das instituições e da agência de alguns protagonistas.

Também Vitorino Magalhães Godinho viu na fachada mediterrânica e atlântica do país um dos vetores da mudança económico-social que conduziu à expansão marítima portuguesa. Filiando-se na tradição historiográfica de Gama Barros, Alberto Sampaio, Costa Lobo e Jaime Cortesão, Godinho irá desenvolver o conceito de complexo histórico-geográfico, entendido como estrutura de trocas e de relações sociais que se configura num espaço geográfico, e o conceito de sistema (como um complexo coerente de estruturas). Um conceito que contesta uma historiografia vigente, comprometida com um Estado Ditador, que ele contestou e que lhe valeu por duas vezes o afastamento do ensino universitário português. Ora, o conceito de sistema invoca igualmente valores e doutrinas que comandam a ação dos homens (feudalismo, mercantilismo, absolutismo, liberalismo, capitalismo, socialismo). Godinho visou determinar o papel de Portugal na evolução destes complexos histórico-geográficos através do globo, inspirando-se na Escola dos *Annales* e na obra de Fernand Braudel sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II* (1949) (Godinho, 1991). Em *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, a história torna-se geográfica, como ele diria mais tarde nos *Ensaíos* (1971), interessando-lhe as relações entre o meio físico-biológico e as sociedades humanas *naquele tempo*. Nesta perspetiva, a descrição das representações do

espaço (meio físico-biológico onde se desenvolvem as relações humanas) e as suas mutações traduzem conhecimento e geometrizam relações económicas. Neste jogo de trocas, os contactos entre os novos espaços ocorrem em múltiplos sentidos, alterando profundamente o meio ambiente. Refletindo sobre as mudanças que os povos ibéricos provocaram nas economias de subsistência, afirmou:

Os Portugueses e Espanhóis souberam aproveitar-se dos elementos de subsistência das economias tropicais com que entraram em contacto, e por seu turno difundiram espécies vegetais e animais, de modo que em muitos casos se modificaram as condições alimentares dessas populações, ou criaram-se as condições necessárias ao povoamento dos arquipélagos ermos (Godinho, 1991, IV: 39).

Os trabalhos de Vitorino Magalhães Godinho não têm sido lidos ou considerados relevantes para a historiografia ambiental em Portugal, hoje, apesar do programa que apontou, pelo que não poderemos colocá-lo com matriz comparável a clássicos internacionais dos estudos ambientais. É certo que apontou um caminho, ao escrever como a História se torna Geográfica se abordar as relações entre o meio físico-biológico e as sociedades humanas, entre o meio físico-biológico e as relações com os diferentes povos. Quem notou esta potencialidade foi Immanuel Wallerstein (2004), ao referir-se à novidade metodológica em Godinho, a propósito da unicidade da História, ou seja, não de uma abordagem multidisciplinar, mas de uma abordagem unificada, não de um agregado de dados recolhidos separadamente por investigadores distintos e diferenciados, mas de factores/aspectos/elementos que intervêm integralmente numa história única, não espartilhada em categorias, não obstante a ligação e inscrição de história económica o identifique.

Também o estudo pioneiro de António de Oliveira, da década de 1960, sobre a história do significado botânico do milho zafiro se tornou modelar, elaborado por um historiador que se identifica com a História Económica e Social e a História Local e Regional, mas que ultrapassou espartilhos redutores (Oliveira, 1968). A novidade da abordagem reside na monitorização da introdução do milho mais no noroeste de Portugal no século XVI, que depressa se tornou o primeiro cereal para alimentação humana, analisando as mudanças substanciais na economia rural que acompanharam o aumento da produtividade agrícola e populacional.

Mas é com Orlando Ribeiro que nos aproximamos de uma leitura histórica ambiental do país, visto que o geógrafo, para além da atenção que dá à paisagem e à descrição física do território, destaca o papel do homem na introdução de novas plantas e espécies animais, na alteração dessa paisagem e nas mudanças de povoamento num tempo médio e longo (Ribeiro, 1993). Percebe-se, enfim, uma racionalidade própria no uso deste território ao longo do tempo, que limita a escolha de outras opções, por imitação de modelos exteriores, nomeadamente na esfera agrária. A sua formação em Paris, na Sorbonne, pô-lo em contacto com mestres da História e Geografia. No pós II guerra Mundial tornou-se vice-presidente da União Geográfica Internacional, fundou o Centro de Estudos Geo-

gráficos de Lisboa, um prestígio que evitou o seu apagamento da cena cultural portuguesa, não obstante sempre criticar a política educativa e colonial do Estado Novo. Em 1968 saiu a lume a primeira edição da sua obra *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, logo traduzida para italiano, em Milão, em 1972, embora o mundo tropical fosse o seu observatório preferencial. Como resultado de múltiplas viagens, também à América do Norte e a toda a Europa, resultaram mais de 120 títulos publicados em várias línguas e em diferentes lugares (Garcia, 1998). Conhecia muito bem a produção bibliográfica internacional, como demonstra a análise dos títulos contidos na sua biblioteca pessoal (Orlando Ribeiro, 1911-1997, <http://www.orlando-ribeiro.info/biblioteca/index.htm>).

O. Ribeiro interessou-se pelas calamidades naturais, pelas restrições naturais, pelas regressões humanas, destaca o papel do oceano na geografia portuguesa, realça o papel da organização comunitária e a sua racionalidade, enfim, procura na diversidade regional os fundamentos geográficos da unidade do Estado-Nação que considera ser “em larga parte obra humana”. A visão integral do homem e do seu meio levá-lo-ia a escrever sobre a “civilização do barro no sul de Portugal” e a “civilização do granito no norte de Portugal” (Ribeiro, 1992), porque “a evolução humana é tão indispensável à compreensão da ‘paisagem cultural’ como as transformações físicas - os movimentos da crosta, as oscilações dos níveis de base, as variações climáticas e as decorrentes mudanças da vegetação - à interpretação da paisagem natural” (Ribeiro, 1986: 12). Podemos considerá-lo dos mais provetos produtores e precursores da história ambiental pelo olhar de geógrafo, através de obras como *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), *A Ilha de Fogo e as Suas Erupções* (1954), *Portugal* (1955), *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição* (1968), *Variações sobre Temas de Ciência* (1970), *Introduções Geográficas à História de Portugal* (1977), *Iniciação em Geografia Humana* (1986), *Geografia de Portugal* (1987-91) e *Opúsculos Geográficos* (1984) (Orlando Ribeiro, 1911-1997).

Na mesma linha, também nos finais dos anos '40 do século XX, Mariano Feio descreveu o Baixo Alentejo e o Algarve, dando conta das alterações verificadas na economia dessas regiões (Feio, 1983). Os seus trabalhos, entre os quais dois que dizem respeito ao clima, nomeadamente às secas, numa perspetiva comparativa e histórica, são referências incontornáveis (Daveau, 2002) Já em meados da década de 1960, Albert Silbert procede ao reconhecimento físico e humano da Beira Baixa e do Alentejo nos finais do Antigo Regime na sua busca duma especificidade histórica portuguesa na transição para o liberalismo (Silbert, 1978). Apesar de se tratar de uma história agrária, encontramos uma reconstituição que atenta no espaço físico, na vegetação, nos baldios, nas terras incultas e na sua utilização, nos arroteamentos, nas repartições periódicas de terras das propriedades comunais nas terras de fronteira, enfim, na emergência do individualismo agrário. Na Beira Baixa, ele reconhece diferentes formas de gestão de bens comuns como expressão do coletivismo agrário. No Alentejo reconhece três paisagens distintas, demonstrando que esta região diferia profundamente do antigo Alentejo, balizado pelo século XIX, a época dos grandes arroteamentos. Nos finais do século XVIII, esta região conhecia ainda sistemas de uso da te-

rra que permitiam a transumância do gado ovino proveniente da Serra da Estrela e da Beira Baixa, bem como o pastoreio dos porcos e do gado de estanco e, enfim, as repartições periódicas de terras. A charneca e o montado eram objeto de culturas periódicas, completando esse quadro as terras cultivadas, onde pontuavam os cereais, a vinha e a oliveira. Contrariando a ideia da imutabilidade do regime agrário marcado pelo latifúndio capitalista, Silbert identificou então os elementos fundamentais, jurídicos, do individualismo agrário que levaram à abolição dos campos abertos, das terras comuns de pastagens e dos bens comunais. Ele coloca ainda a hipótese, defendida por Orlando Ribeiro, da génese mediterrânica da agricultura de queimada, as roças, um modelo de agricultura que teria sido levado para o Brasil pela colonização (Silbert, 1978, III:475).

A partir de finais dos anos '70, as leituras histórico-geográficas, mais próximas do que poderia ser uma visão ambiental das questões nacionais identificadas pela historiografia, são obliteradas com a influência crescente da história económica, e com o esforço então empreendido de (re)conhecimento (e de revisão!) da história portuguesa nos últimos dois séculos, a qual se faz também com a emergência de novos objetos e campos historiográficos (*v. supra*). Neste contexto, as questões ambientais associadas ao desenvolvimento da indústria moderna num país que tinha fracassado nos seus esforços de modernização, e que se posicionou na periferia da economia mundial como um país agrário, pobre e atrasado, não mereciam mais do que meras referências ou indicações genéricas na descrição das atividades industriais. Nos finais dos anos '80, num estudo que pretendia mostrar a emergência dos modernos conflitos industriais no início do século XX em Portugal e, nesse contexto, o papel do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo, Guimarães dedicou um capítulo ao papel da poluição dos rios Chança e Guadiana que “acarretou o empobrecimento de inúmeras famílias de pescadores da região” que, por isso, “se viram empurrados para outras atividades” (Guimarães, 1989:23 e 2001:135-138). Escrito fora do meio académico, o texto que descrevia os conflitos sociais resultantes da poluição mineira inscritos num processo de alteração da paisagem social, saiu a público reduzido a metade por recomendação do editor. Mais tarde, este tema seria tratado de forma mais desenvolvida no estudo histórico-geográfico que João Carlos Garcia (1996) fez às transformações operadas no espaço pela indústria mineira e às suas interações com o Guadiana. A sua tese de doutoramento, no entanto, não seria publicada. Sobre a história antrópica do Guadiana refira-se, mais recentemente, o contributo de Dias, Gonzalez e Ferreira (2004) a respeito das atividades de dessassoreamento do rio mineiro para permitir a sua navegabilidade.

Os problemas ambientais nas grandes minas de volfrâmio foram pouco mais do que referidos por João Nunes (2005, 2007) no tratamento de diferentes tipos de questões (ver também Silva, 2011). Estudos de caso sobre conflitos ambientalistas mineiros foram tratados de forma mais sistemática por Francisco Vitorino (2000) e Pedro Silva (2013). O primeiro esforço para a identificação dos problemas de poluição atmosférica e das águas associados à industrialização em Portugal, bem como das iniciativas dos governos para limitar o seu impacto ambiental, foi levado a cabo por Ana Cardoso Matos (1998,

2002, 2003). Porém, essas primeiras intervenções, desde 1994, em diferentes reuniões científicas, que pudemos acompanhar, não parece terem sido capazes de motivar outros investigadores para o estudo histórico dos impactos paisagísticos da indústria neste país.

Num breve balanço, poderá dizer-se que, da parte da Geografia, em Portugal emergem duas visões: uma análise integrada, mais naturalista, desenvolvendo o sistema Geossistema-Território-Paisagem, que une os conjuntos espaciais formados pelos elementos naturais, socioeconómicos e socioculturais respetivamente; e uma visão mais cultural, considerando o espaço como produção, o lugar como vivência e prática, a paisagem como representação (Pimenta, 2008). Nesta “arqueologia da paisagem”, uma análise sistémica impõe-se, pelo cruzamento do natural e do social, em que a História e a Geografia se voltarão a associar.

Ruturas e renovação: múltiplos projetos, novas perspetivas, novos interesses

Se podemos afirmar que, nas últimas décadas do século XX, o ambiente foi um tema negligenciado pela historiografia portuguesa, a partir da primeira década do novo século, a história ambiental tem vindo a ganhar uma importância crescente como testemunha do desenvolvimento de grupos e projetos de investigação financiados pela FCT, seminários, conferências, teses de doutoramento e publicações nesta área³. Data também da primeira década do novo milénio os estudos de James W. Moore publicados no *Journal of the Fernand Braudel Center* sobre a cultura do açúcar na Madeira e expansão da primeira economia-mundo e, posteriormente, os dois textos seminais para a futura história ambiental portuguesa (Moore, 2000, 2009 e 2010). Data também de Novembro de 2010, a primeira tese que pode ser inscrita nesta área de estudos, por Maria Cristina Joanaz de Melo (2010) que explora a criação do ordenamento jurídico liberal sobre as florestas e as águas. Não se estranhe, pois, que a História Ecológica ou Meio Ambiente comece também a entrar agora nos manuais de ensino universitário (Neto, 2013:74).

Entre os projetos de investigação salientamos o *KLIMHIST: Reconstrução e Modelo de Simulações do Clima em Portugal no Passado usando Documentos e Antigas Fontes Instrumentais* (2012-2015), coordenado pela diretora do CLiMA – Grupo de Investigação sobre Mudanças Climáticas e Ambientais, Maria João Alcoforado (Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa). Este projeto, em que participaram uma dúzia de investigadores de centros de investigação das Universidades do Porto, Lisboa, Évora e Trás-os-Montes, contribuiu decisivamente para lançar as bases fundamentais para uma

³ O facto de não termos conseguido recuperar qualquer projeto no catálogo em linha do Arquivo da FCT relativo a “história ambiental”, “ambientalismo” e “ecologia”, parece confirmar essa subestimação da investigação científica nacional pela ecologia. No entanto, desde 1971 existe uma Comissão Nacional do Ambiente.

história do clima em Portugal, identificando fontes, desenvolvendo metodologias de investigação histórica sobre o clima e completando a falta de conhecimento que existia nesta região da Europa (Santos, 2014; Taborda, Alcoforado e Garcia, 2014)⁴. Entre os resultados alcançados, assinala-se a reconstrução da temperatura nos últimos quatro séculos (Santos et al., 2015), a identificação de fenómenos climatéricos extremos e das vulnerabilidades da costa portuguesa, o esforço de relacionar o comportamento da mortalidade com as variações climatéricas ao longo do ano desde o século XIX em Lisboa (Alcoforado et al., 2015; Fragoso et al., 2015; Amorim, 2015)⁵. Recorrendo aos dados históricos com objetivos imediatos e pragmáticos, o projeto DISASTER criou um sistema de informação geográfico com informação recolhida no último século sobre inundações e deslizamento de terras no continente português, com o objetivo expresso de criar um instrumento de intervenção do governo para mitigar os seus efeitos futuros (Zêzere et al., 2010). Também o projeto FMI 5000 (2010-2013), coordenado por Ana Ramos Pereira (Centro de Estudos Geográficos, U.L.) procurou mapear as alterações ambientais ao longo de 5 milénios na costa portuguesa, centrando-se no estudo das interações entre o mar e os rios. Este é um dos projetos desenvolvidos pelo núcleo de investigação em Sistemas Litorais e Fluviais: Dinâmicas, Mudanças Ambientais e Ordenamento do Território, que sucedeu ao DILIF (dinâmicas litorais e fluviais), que se ocupa da dinâmica dos sistemas físicos (litorais e fluviais), suas respostas a situações extremas, naturais ou induzidas pela ação humana, e implicações no ordenamento do território (Ramos-Pereira, 2010, 2011)⁶.

Entre os grupos de investigação associados à história do clima e das alterações no território tendo em vista fornecer instrumentos para tomadas de decisões competentes no planeamento do território e na gestão do uso dos solos, salienta-se o CLiMA, que se encontra integrado dum grupo mais vasto ZEPHYRUS – Mudança Climática e Sistemas Ambientais, do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Planeamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa. Entre as suas linhas temáticas de investigação entramos uma *História do Clima nos Últimos Séculos e na Península Ibérica*. Também no IGOT encontramos o grupo Sistemas Litorais e Fluviais: Dinâmicas, Mudanças Ambientais e Ordenamento do Território (SLIF), coordenado por Jorge Trindade, que sucedeu ao DILIF (Dinâmicas Litorais e Fluviais).

No Instituto de História Contemporânea, o grupo História, Território e Ambiente, constituído em 2011, recupera grande parte do seu património cartográfico e de tecnologias de informação para interpretação dos usos do território no passa-

⁴ Informação mais detalhada sobre os objetivos, resultados e publicações pode ser consultada na Web (em língua inglesa) em <http://clima.ul.pt/klimhist-project> (último acesso 21-02-2016).

⁵ Remetemos o leitor para a extensa lista de publicações da equipa disponibilizada no sítio do projeto, em <http://clima.ul.pt/klimhist-results> (último acesso 21-02-2016).

⁶ Este projeto procedeu à avaliação do balanço entre as influências marinhas e fluviais, as respostas a eventos climáticos e o impacto das mudanças de uso do solo, numa janela temporal de 5000 anos. Os estuários escolhidos foram o do Rio Neiva, do Rio Alcabrichel, na costa Ocidental de Portugal continental, e da Ribeira de Ben-safrim, no Barlavento algarvio. Veja-se também o sítio na Web do núcleo de investigação: <http://slif.ulisboa.pt>.

do. Conjuga metodologias digitais e investigação histórica, numa análise de longa duração, essencial à compreensão dos fenómenos históricos, a pluralidade de objectos: a política, as instituições, a economia, os indivíduos, os grupos e o ambiente (<http://ihc.fcsh.unl.pt/pt/investigacao/grupos-de-investigacao/item/2281-territorios-e-sociedades>). Em 2012 organizaram a International Conference on Environmental History e em Março de 2013 Recursos e Paisagens - História do Ambiente na FCSH – UNL. Entre os elementos da equipa de investigação veja-se Cristina Joanaz de Melo, Ana Isabel Queiroz, Luís Espinha da Silveira, entre outros.

No CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Inês Amorim dirige a linha de investigação “Culturas Marítimas e Ambiente” que tem vindo a explorar, nos seus encontros regulares, a relação entre os oceanos, as costas marítimas, os rios e os homens⁷. Tem, entre os seus objetivos gerais, o “estudo da ‘natureza em si’, englobando os humanos, analisando o comportamento das espécies, incluindo as cultivadas e as domesticadas, e a sua circulação, disseminação, transferência e adaptação”. Procura este grupo de investigação aprofundar a relação, na longa duração, da especificidade dos recursos marítimos e costeiros (fauna, flora, sal) e da sua exploração (pesca e aquacultura, salicultura, floresta e orizicultura), numa dinâmica de interações entre ambiente e processos sociais, económicos e tecnológicos. Trata-se assim de “problematizar a dialética dos recursos (ecossistemas, mudanças climáticas, esgotamento); da procura desses recursos (população, mobilidade, conhecimento, capitais) e da tecnologia (aparelhos e procedimentos, legislação, efeitos perversos da utilização, conflitos)”⁸. A par da observação da interação socioeconómica entre o homem e a natureza, considerando os fenómenos de produção, reprodução, costumes, e conflitos, considera-se a ‘interação mental’ – mitos, ideologias, e todas as formas de pensar e representar o meio marinho.

Ainda no âmbito das redes de investigação internacionais constituídas recentemente no que exploram a dimensão histórica dos estudos ambientais, refira-se a Rede BRASPOR, criada no Porto em 2011, para estudar os sistemas costeiros de Portugal e do Brasil numa perspetiva holística. Na sua ambiciosa agenda de investigação, esta rede visa determinar “os serviços ambientais e enquadramentos geopolíticos que suscitaram os diferentes processos de ocupação dos sistemas costeiros e a forma como se processaram”; a forma como “a exploração antrópica dos recursos ecossistêmicos conduziu a alterações das características básicas desses sistemas naturais (por vezes ultrapassando os respetivos níveis de resiliência)”; “os fatores e processos ambientais que moldaram os diferentes matizes da atual evolução costeira, troços estes nos quais se localizam ecossistemas altamente produtivos e muito vulneráveis aos impactos antrópicos”; enfim, determinar “como as alterações se refletiram no aproveitamento dos recursos naturais (ampliando-os, reduzindo-os ou esgotando-os) e como e porquê determinados recursos que não eram valorizados se

tornaram objeto de intensa exploração e vice-versa”. Neste contexto, a noção de resiliência, envolve conhecer “a capacidade de sobrevivência não apenas de espécies mas também de processos e ciclos que envolvem toda a Biosfera, ou seja toda a ‘capacidade de suporte da vida na Terra’ e promover o respeito pela conservação e proteção do litoral”; e determinar como “as atividades antrópicas contribuíram para a atenuação ou ampliação de determinados riscos naturais (riscos antropicamente magnificados) e como essas atividades conduziram à emergência de novos riscos intrínsecos ao Homem (riscos antrópicos)”. Esta rede procura ainda “perceber as percepções que as populações e a sociedade em geral têm dos diferentes riscos e a forma como tais percepções foram evoluindo” ao longo do tempo (Ver <http://www.redebraspor.org/>; Rodrigues, Pereira, Bergamashi, 2013). Os resultados dos estudos cruzados efetuados pela BRASPOR têm vindo a ser publicados regularmente desde 2011 no sítio da rede na Web, merecendo destaque, para Portugal, os estudos de João Alvarinho Dias e outros sobre a costa portuguesa e a laguna de Aveiro (Bastos e Dias, 2011; Araújo e Dias, 2012; Rodrigues, Pereira e Bergamashi, 2013, Pereira, Freitas, e Bergamashi, 2014; Pereira, Rodrigues, Bergamashi e Freitas, 2015).

Saliente-se ainda, no contexto destes estudos sobre o litoral português na época contemporânea, a tese de doutoramento de Joana Freitas (2010) que procura combinar conhecimentos geográficos, geológicos e climatológicos com a investigação histórica com o objetivo escrever uma histórica cultural e ambiental do litoral português. Tendo participado no projeto Datacoast (2002-2004), Freitas explora as representações portuguesas do litoral (as pescas, os naufrágios, os monstros), analisa o povoamento da orla costeira, a invenção social da praia, o litoral como fronteira marítima, as políticas do Estado (grandes obras públicas, a proteção do litoral, reservas ecológicas, planos de ordenamento... etc.), os portos, o turismo balnear, enfim, a antropização do espaço costeiro. Freitas mostra aqui como durante os séculos XIX e XX, um território praticamente vazio e desprezado – habitado apenas por comunidades piscatórias – se transformou em local privilegiado de vilegiatura das elites e, algumas dezenas de anos depois, no principal destino de férias da população. A evolução na vivência destes espaços gerou um conjunto de estruturas urbanizadas que produziram alterações irreversíveis (e imprevisíveis) com impacto na dinâmica dos sistemas naturais costeiros.

Um projeto de investigação anterior, SAL(H)INA, *História do Sal - natureza e ambiente - séculos XV a XIX* – (POCTI/HAR/56381/2004), coordenado Inês Amorim, teve a participação de investigadores da área da História, Geografia e Ambiente. Seguiu três eixos principais: o ordenamento da paisagem salícola: etapas de construção – permanências e ruturas da manipulação do meio aquático humanizado; a avaliação do espaço salícola – a construção de um cadastro (estudo toponímico, topográfico, simbólico das salinas; e a gestão da paisagem e as estratégias produtivas – fazer e desfazer marinhas, proprietários e marnotes, tecnologias e saberes - alternativas produtivas (estudo antrópico do salgado). Daqui resultou uma base de dados em colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro, designada por *Percursos dos Salgado* (<http://percursos-dosalgado.cm-aveiro.pt/>).

⁷ A informação sobre este centro e linhas de investigação encontra-se em <http://www.citcem.org>.

⁸ Ver informação detalhada na página web desta linha em <http://www.citcem.org/linhas-de-investigacao/culturas-maritimas-e-ambiente#> (último acesso 22-01-2016).

Nas raízes desta linha de investigação estão dois projetos como o HISPORTOS– Contribuição para o estudo dos portos do Noroeste português na Época Moderna (POCTI/HAR/36417/2000), coordenação Amélia Polónia (com a participação de investigadores da área da História, Geografia, Ambiente). O projecto cruzou três vertentes de estudo: a implantação e alteração de infra-estruturas portuárias, os aspectos geofísicos e as dinâmicas históricas de cada porto e a avaliação da aplicação e inovação tecnológica. <http://web.lettras.up.pt/hisportos/>.

O IV Encontro CITCEM, intitulado *Cruzar Fronteiras: Ligar as Margens da HISTÓRIA AMBIENTAL*, realizado recentemente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP, nos dias 5 a 7 de Novembro 2015, consolidou este caminho diversificado⁹ (v. *supra*). As numerosas comunicações apresentadas mostram, para além das áreas de investigação referidas, a coexistência de interesses que cruzam a história da ciência, da medicina com os problemas ambientais, a percepção no passado de acidentes e mudanças ambientais, a gestão de recursos coletivos (águas, florestas, baldios), as mudanças na paisagem através da tecnologia, as representações do meio ambiente na literatura, na pintura e fotografia, os conflitos ambientais, enfim, as contribuições da arqueologia para o reconhecimento das mudanças no longo prazo. Deste encontro resultou a brochura editada por Amorim e outros (2015), *Breves Leituras sobre História Ambiental*, publicada pelo CITCEM, que, através das compilações dos resumos das comunicações, nos oferece o panorama das tendências recentes desta historiografia.

Neste contexto geral, o IV Encontro do CITCEM surgiu na sequência duma sessão organizada por iniciativa de Arnaldo de Melo (Universidade do Minho), Cristina Joanaz de Melo (Instituto de História Contemporânea) e Inês Amorim (CITCEM-FLUP) no Congresso Mundial de História Ambiental, intitulada 'Criando um legado duradouro do WCEH 2014: História Ambientais do Mundo Português' (<http://www.wceh2014.ecum.uminho.pt/>), com o objetivo de criar uma Rede Portuguesa de História Ambiental, REPORT(H)A (ver <http://www.reportha.org/>) ligada à Sociedade Europeia para a História Ambiental¹⁰.

Para além destas reuniões científicas, devem ser referidas outras igualmente relevantes como *I Congresso Internacional As Aves na História Natural, na Pré-História e na História (Origem, Evolução e Domesticação)*, que decorreu em Lisboa, na Biblioteca Nacional de Portugal, de 23 a 27 de setembro de 2015. O congresso, organizado pelo Centro Português de Geo-História e Pré-História, esteve dirigido sobretudo a paleontólogos, pré-historiadores, arqueólogos e a historiadores, e pretendeu reunir os investigadores que têm trabalhado sobre a origem, evolução e utilização das aves pelo homem.

O tema "ambiente" surge agora associado a encontros de diferentes áreas como sucedeu no 2º Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical (2LBMHTM) que, tendo como tema central, a Medicina Tropical e Saúde Global, teve uma sessão dedicada à Medicina Tropical e Ambiente¹¹.

⁹ Ver <http://www.citcem.org/4encontro/index.html> (último acesso 22-01-2016).

¹⁰ A lista das publicações de vários grupos de investigação ligados a esta rede encontra-se em <http://www.reportha.org/en/publications>.

¹¹ Este encontro foi organizado pelo Centro Interuniversitário de História da Ciência

Também a a História Rural tem vindo a mostrar um crescente interesse não apenas por alguns temas inscritos na História do Ambiente, como também pelas (re)visões de velhas problemáticas agora vistas à luz dos quadros conceptuais ecologistas. Temas de história agrária contemporânea, como o longo processo de privatização dos baldios e incultos, conhecidos sobretudo através dos estudos de Espinha da Silveira (1988, Rueda e Silveira, 1993; Ferreira, 2002: 93-115), Helder Fonseca (2005), Margarida Neto (2007), são agora complementados por estudos sobre a História da Floresta, feitos por geógrafas como Nicole Devy-Vareta (2003). A recente constituição de uma Rede (Rural RePort) que se procura integrar na European Rural History Organisation (EURHO e nos estudos comparativos da research network CORN (Comparative Rural History of the North-Sea Area) and the Rural History Network of the European Social Science History Conference, são projectos promissores materializados já num primeiro em 2011 e num segundo encontro, a 29 e 30 de Junho 2012, organizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut mas que em Janeiro de 2016 apresentou um outro formato. Efetivamente, verificou-se a emergência de temas de história ambiental na recente conferência internacional intitulada *Velhos e Novos Mundos: os Desafios Globais da História Rural*¹². Em suma, os encontros de história rural não apenas atraem agora investigadores estrangeiros em larga quantidade, em especial oriundos do mundo ibero-atlântico, como incorporam temas, perspectivas, conceitos e análises renovadas pelas perspetivas emprestadas pelo pensamento ecológico. Como se afirmava no texto da conferência, nos últimos anos a História Rural começou a afastar-se das narrativas nacionais ou locais e das interpretações feitas à luz da experiência na Europa e do Mundo Ocidental. Interessa-se agora mais por visões no longo prazo, nas mudanças verificadas no espaço de meio milénio das sociedades rurais, suas instituições e práticas. Interessa-se pela circulação de plantas, animais, doenças e pessoas, pelas transferências de tecnologias, conhecimento, normas jurídicas, mudanças nos hábitos alimentares, nas formas de apropriação privada da terra, dos direitos individuais e comunitários, enfim,

e Tecnologia (CIUHCT), o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e o Centre for Global Health Histories (CGHH), da Universidade de York e decorreu em Lisboa entre 14 a 16 de Outubro de 2015.

¹² Veja-se a lista de comunicações na página <https://lisbon2016rh.wordpress.com/programme/papers/> (último acesso 22-02-2016). Entre as 279 comunicações selecionadas, podemos encontrar títulos como: "Circulação de espécies e inovação biológica a uma escala global (séculos XVI a XX): paisagens, produção e consumo" (Josep Pujol Andreu, Amélia Polónia, Jorge M. Pacheco), "The Green Revolution as a process of global transfer: plants, practices and people" (Jonathan Harwood), "The evolution of the Spanish agriculture during the 20th century from the point of view of biophysical macro magnitudes" (Manuel González de Molina, David Soto *et. al.*), "Formas de conflicto ambiental entre pueblos y fábricas: el caso de los montes y las aguas en la Municipalidad de San Ángel, 1870-1910" (Elena Ramos Cruz), "Forests in the socio-ecological transition. Historical experiences in Europe and the Americas (19th and 20th centuries)" (Juan Luis Delgado) e sessões dedicadas a temas como *Climate, natural disasters and social upheavals in the Iberian worlds, 17th-19th centuries; Forests in the socio-ecological transition. Historical experiences in Europe and the Americas (19th and 20th centuries); Cadeias globais agrícolas: impactos territoriais e transformações ambientais e socioeconómicas na era do capitalismo (séculos XIX-XXI, A Arqueologia Agrária. Uma perspectiva interdisciplinar sobre a transformação da paisagem rural, Plants from the New World: impacts on landscapes, agrarian economies and European diets (15th-20th centuries)*, etc.

nas mudanças na produção e nos mercados em visões *à escala mundial*¹³. Deste modo, recuperando leituras antigas, surgem agora obras que descrevem o impacto dos Descobrimientos na circulação das espécies botânicas (Ferrão, 2016) ou recuperam antigos personagens como José Bonifácio (1768-1838) para o campo do ecologismo devido à sua defesa da necessidade de plantar bosques em Portugal (Oliveira, 2011).

Por outro lado, a multiplicidade de projetos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da avaliação dos impactos de políticas ambientais, e de alterações na gestão ambiental em Portugal, pouco trabalho tem sido solicitado aos historiadores¹⁴. Tal não sucedeu, porém, com a recolha de dados quantitativos e qualitativos (descrições de eventos) promovida pelo Programa de Desastres criados por Terramotos (*Earthquake Hazards Program*) e levado a cabo pelo National Information Service for Earthquake Engineering da University of California, em Berkeley (Kozak, 1998)¹⁵. O estudo das formas como a sociedade lidou com desastres ambientais no passado e os seus impactos têm-se multiplicado, merecendo destaque ainda os que foram feitos para o Terramoto de 1755 (Murteira, 2004, Pereira, 2006). No campo da saúde ambiental, merece destaque os recentes trabalhos sobre a luta anti-sezonática em Portugal a partir dos anos '30 do século XIX, ou seja, já no contexto da Ditadura Militar e do Estado Novo (Gama, 2010, Saavedra, 2010).

Um papel de destaque cabe, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, ao grupo liderado por Stefania Barca que organizou (em conjunto com Inês Amorim) o Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona (Coimbra), em março de 2012. As comunicações apresentadas centraram-se em estudos de caso em Portugal, Brasil, na África lusófona e, numa primeira aproximação à história ambiental, refletiram sobre mudanças nos últimos séculos na gestão de recursos piscatórios, terras comuns (baldios), apropriação de recursos florestais, o abastecimento de águas a grandes cidades (Amorim e Barca, 2013). O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com destaque para o grupo de Stephania Barca, desenvolveu nos últimos anos o mapeamento e descrição dos conflitos e movimentos ambientalistas em Portugal, colmatando o deficit de informação existente no projeto EJOLT – Justiça Ambiental, Organizações, Passivos e Comércio relativo a Portugal. Esses dados seriam cartografados no Atlas de Justiça Ambiental, disponibilizando ao público informação histórica e recente de qualidade (ver <https://ejatlas.org/>). Também o projeto *Portugal. Ambiente em Movimento*, desenvolvido em parceria com o CES, o CETEM-Centro de Tecnologia Mineral, Brasil e Socius, ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da UL-Universidade de Lisboa (<http://www.ambientemovimento.org>), consultado em 01.02.2016) persegue objetivos semelhantes.

¹³ V Encontro Rural RePort (2016), "About this conference", disponível em <https://lisbon2016rh.wordpress.com/> (último acesso 22-02-2016).

¹⁴ Veja-se, a título de exemplo, a lista de projetos concluídos pelo Centro de Ecologia Aplicada em <http://www.isa.utl.pt/ceabn/projectos/1/1/concluidos> assentes sob o primado utilitarista, com base na recolha de dados e análises de curto prazo.

¹⁵ V. tb a página Historical Depictions of the 1755 Lisbon Earthquake a partir de <http://earthquake.usgs.gov/>. Uma visão de conjunto atualizada encontra-se na página da Wikipédia inglesa https://en.wikipedia.org/wiki/1755_Lisbon_earthquake.

Tiago Saraiva tem vindo recentemente a estudar a relação entre o fascismo português, enquanto ideologia e enquanto regime, com a criação de alterações ambientais através de instituições tecnocientíficas, de tecnoestruturas e de megaprojetos onde se incluem os projetos de colonização ultramarina, a campanha do trigo, os planos de irrigação do sul, de proteção à indústria dos resinosos com as consequências conhecidas para as terras comunitárias, enfim, uma revisitação dos diferentes projetos já conhecidos mas agora vistos numa perspetiva ambientalista que obedece a um inquérito historiográfico internacional acerca da relação dos regimes fascistas com o ambiente (Saraiva, 2009 e 2015).

Os movimentos ambientalistas desde 1974 foram estudados por Kousis e Eder (2001) e Nave (2000) e Tavares (2013), deixando de lado experiências anteriores. Pedro Silva (2013) elabora o primeiro estudo aprofundado sobre conflitos ambientalistas na indústria mineira, na mesma altura em que Paulo Guimarães (2013) retoma trabalhos anteriores para proceder a uma visão compreensiva de conjunto desses conflitos neste setor. O resultado veio mostrar um país que, desde a Regeneração, lidou com problemas ambientais graves e cada vez mais generalizados aos principais cursos de água em diferentes locais do país. O I Simpósio Internacional sobre Conflitos Ambientais, realizado na Universidade de Évora em Maio de 2015, contou com cerca de 30 investigadores predominantemente portugueses, espanhóis e brasileiros que procuraram refletir sobre esta problemática, tentando descortinar as relações entre as estratégias empresariais, o progresso técnico, a ciência e os conflitos ambientais¹⁶. Foi a oportunidade de consolidar o Grupo de Estudos Sobre Conflitos Ambientalistas que se encontra em vias de editar o seu primeiro livro, coordenado por Paulo Guimarães (Universidade de Évora) e Juan Diego Pérez (Universidade de Sevilha).

Notas finais

Um balanço sobre a História ambiental em Portugal é uma tentativa de agregar alguma informação que se encontra dispersa, tanto mais que, frequentemente não criou, ainda, a sua própria identidade, o seu próprio espaço, na sua capacidade de se conciliar com áreas disciplinares diversas que fazem "história" ambiental

Assim, procurámos nestas linhas dar a conhecer a um leitor não familiarizado com a historiografia portuguesa antigos debates geográficos e até ambientais ligados à história nacional feita pelos historiadores portugueses, onde pontua a influência de geógrafos franceses e da Escola dos *Annales*. Esta introdução, porém, serviu mais para mostrar as ruturas com o período seguinte, volvidas décadas de quase obliteração das dimensões ambientais na história nacional. Dessa forma, mostrou-se que a história ambiental é muito recente em Portugal e pode nela identificar-se as seguintes tendências: primeiro,

¹⁶ Informação mais detalhada sobre este evento, bem como o livro de resumos com as comunicações apresentadas, pode ser consultado em <http://www.conflitosambientais.uevora.pt/>

uma história ancorada predominantemente na geografia, biologia, geologia e na ecologia que explora essencialmente o passado em busca de dados para compreender fenómenos físicos na longa duração, como seja o clima, as alterações na rede hidrográfica, do coberto vegetal, etc.; no segundo caso, temos uma história que atenda sobretudo nas dimensões ecológicas inscritas em determinados processos históricos e nas mudanças geradas por ação voluntária ou involuntária dos homens; finalmente, temos uma linha mais próxima das ciências sociais que procura explorar as contradições dos processos ambientalmente disruptivos, indagando sobre os seus agentes e formas de lidar com os conflitos. No primeiro caso, o historiador surge como um auxiliar para resolver ou ajudar a compreender problemas maiores, urgentíssimos, de grande impacto sobre as populações; no segundo, questionam-se lógicas civilizacionais através da análise fina de determinados processos de alteração nas relações dos homens com o seu meio e que se cruzam com a história rural, das ciências e das tecnologias, das instituições. Finalmente, no terceiro caso, importa perceber as formas de distribuição do poder nas tomadas de decisão sobre gestão de recursos e do ambiente, os processos de injustiça ambiental e o diferimento dos custos para os grupos mais vulneráveis, enfim, de perceber as formas de construir sociedades mais resilientes e sustentáveis. No conjunto, privilegiam-se os espaços micro e macro, os processos «locais» e globais (mais do que mundiais), os fenómenos «trans», enfim, a comparação e a análise empírica, qualitativa, rompendo desta forma com o historicismo e com as visões nacionais como imperativo. Os novos fóruns de debate são crescentemente multidisciplinares, centrados em objetos polifacetados que requerem um entendimento holístico, donde é exigido ao historiador uma «história útil».

Finalmente, não podemos deixar de realçar que a história ambiental lança um desafio aos serviços dos arquivos e das instituições de memória, desafiando velhas clivagens (arquivo, biblioteca, museu, centro de documentação). A informação que os historiadores ambientais necessitam requer uma abordagem integrada independentemente do seu suporte, género e tipo, visto que se socorrem de cartas geográficas, correspondência particular, livros científicos de bibliotecas patrimoniais, relatos de viagem esquecidos, pinturas, fotografias, tanto quanto de documentação habitualmente custodiada pelas instituições arquivísticas.

No essencial, viu-se que, apesar do entusiasmo dos últimos anos, está ainda muito por fazer. O historiador deve prestar atenção crescente aos seus públicos, dando mais atenção aos novos meios cibernéticos na disseminação da informação histórica ambiental para uso da sociedade sob diferentes formatos, enfim, na urgente (re)educação de práticas, comportamentos e culturas de consumo insustentável.

Bibliografia

- ALCOFORADO, M.J. *et al.* (2015): "Weather and climate versus mortality in Lisbon (Portugal) since the 19th century", *Applied Geography*, 57, pp. 133-141.
- ALCOFORADO, M.J.; NUNES, F., GARCIA, J.C. y TABORDA, J.P. (2000): "Temperature and precipitation reconstruction in southern Portugal during the Late Maunder Minimum (AD 1675-1715)", *The Holocene*, 10(3), pp. 333-340.
- AMORIM, I. (2015): "Humanities and the Identification of Coastline Vulnerability: a Desirable Shared System", *Greening History. The 8th European Society for Environmental History Biennial Conference*, Versailles, France 30 June - 3 July.
- AMORIM, I. (2009): "Portuguese fisheries, c. 1100-1830", en David Starkey, John Thór y Hingo Heidbrink (eds.), *A History of the North Atlantic Fisheries. Vol. 1: From Early Times to the Mid-Nineteenth Century*, Bremen, German Maritime Museum of Bremerhaven, pp. 279-298.
- AMORIM, I. y BARCA, S. (2012): "Environmental History in Portugal", *Environment and History Journal*, 18, pp. 155-158.
- AMORIM, I. y BARCA, S. (orgs.) (2013): *Atas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona, Debates*, nº 1, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, março 2013.
- ARAÚJO, M.F. y DIAS, J.A. (2012): "Avaliação de impactes antrópicos na zona costeira portuguesa", *Braspor 12*.
- BARBOSA, P.G. (1992): *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992.
- BASTOS, C. y BARRETO, R. (orgs.) (2011): *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BASTOS, M.R. y DIAS, J.A. (2011): "Um teste de resiliência nas relações homem-meio: o caso da restinga arenosa da laguna de Aveiro", *Braspor 11*.
- BRITO, C. (2011): "Medieval and early modern whaling in Portugal", *Anthrozoos*, 24(3), pp. 287-300.
- CORTESÃO, J. (1930): "O Problema das Relações entre a Geografia e a Autonomia Política de Portugal", *Seara Nova*, 201, Lisboa, 20 Fev.
- CORTESÃO, J. (1978): *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 3ª ed. (1ª ed. 1930), Lisboa, Livros Horizonte. – Prefácio V. M. Godinho.
- CORTESÃO, J. (1979): *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3 vols., 3ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores.
- DAVEAU, Suzanne (2002): "A obra geográfica de Mariano Gaido". *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, v.37, n. 73: 101-107
- DEVY-VARETA, N. (2003): "O regime florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)", *Geografia: Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 19, pp. 447-456.
- DEVY-VARETA, N.F. (2006): "A floresta na memória e no futuro do espaço rural", in *Geografia de Portugal, Volume III. Atividades Económicas*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.105-153.
- DIAS, J.M.; GONZALEZ, R. y FERREIRA, Ó. (2004): "Natural versus anthropic causes in variations of sand export from river basins: an example from the Guadiana river mouth (Southwestern Iberia)", *Proceedings of the Conference "Rapid transgressions into semi-enclosed basins. Polish Geological Institute Special Papers*, II, pp. 95-102.
- DRUMMOND, J.A. (1991): "A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa", *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4, 8, pp. 171-197. (Número monográfico dedicado a História e Ambiente).
- FAUSTINO, V.A. (2006): *Mosquitos, arroz e sezões: a erradicação da malária no vale do Sado*, Lisboa, tese de mestrado.
- FEIO, M. (1983): *Le Bas Alentejo et l'Algarve* (1949), Évora, Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora; INIC.
- FERRÃO, J.E.M. (2016): *Plantas nos Descobrimentos Portugueses Nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Universidade Católica.
- FERREIRA, M.F.M. (2002): *Rebeldes e insubmissos. Resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*, Lisboa, Afrontamento.
- FERREIRA, S.R. (2008): *Benavente, 1931-1934: o seu papel no combate ao paludismo em Portugal*, Lisboa, tese de mestrado em História Regional e Local, Fac. de Letras, Universidade de Lisboa.

- FRAGOSO M. et al. (2015): "Climatic extremes in Portugal in the 1780s based on documentary and instrumental records", *Climate Research*, 66, pp. 141-159.
- FREITAS, J.I.R. (2010): *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*. Dissertação de Doutoramento em História - Especialidade de História Contemporânea. Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- GAMA, J.A.D. (2010): *A importância do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana na luta anti-sazonática em Portugal*, Tese de mestrado em História das Ciências da Saúde, Universidade de Lisboa, Faculdade de Farmácia.
- GARCIA, J.C. (1996): *A Navegação do Baixo Guadiana Durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*, 2 vols. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. – Tese de doutoramento em Geografia Humana.
- GARCIA, J.C. (1998): "Orlando Ribeiro (1911-1997): O Mundo à sua procura", *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I Série, XIV, Porto, pp. 107-116
- GODINHO, V.M. (1991): *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (1958), 2ª ed., 4 vols., Lisboa, Presença.
- GUIMARÃES, P.E. (1989): *Indústria Mineiros e Sindicatos. Universos Operários do Baixo Alentejo: dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*, Lisboa, ICS.
- GUIMARÃES, P.E. (2001): *Indústria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa; Évora, Colibri; Cídehus.
- GUIMARÃES, P.E. (2013): "Os Conflitos ambientalistas nas minas portuguesas (1850-1930)", em B. Monteiro y J. D. Pereira (orgs.), *De Pé Sobre a Terra: Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, 1ª ed, Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova, pp. 135-177 (disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/11192> [último acesso 20.12.2015]).
- JOANAZ DE MELO, M.C.D. (2010): *Contra Cheias e Tempestades: Consciência do Território, Debate Parlamentar e Políticas de Águas e de Florestas em Portugal, 1852-1888*. Dissertação de doutoramento, European University Institute.
- KOUSIS, M. y EDER, K. (2001): *Environmental Politics in Southern Europe Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*, Holanda, Springer.
- KOZAK, J.T. y JAMES, Ch.D. (1998): "Historical Depictions of the 1755 Lisbon Earthquake", *NISEE. National Information Service for Earthquake Engineering, University of California, Berkeley* (disponível em <http://nisee.berkeley.edu/lisbon/> [ultimo acesso 22-02-2016]).
- LEF, E. (2005): "Construindo a História Ambiental da América Latina", *Esboços*, Santa Catarina, Universidade Federal, v. 12, n. 13 (dossiê História Ambiental), pp.11-29.
- MADEIRA. Secretaria Regional do Turismo e Cultura (1999): *História e meio-ambiente. O impacto da expansão europeia: actas do Seminário Internacional de História e Meio-Ambiente*, Funchal, CEHA.
- MARTINS, M.L. (2007): *História e Meio Ambiente*, 1. ed., São Paulo, Annablume.
- MATOS, A.C. (1998): "As consequências ambientais da industrialização portuguesa oitocentista", Comunicação apresentada no encontro anual da Associação Portuguesa de História Económica e Social (texto inédito).
- MATOS, A.C. (2002): "Indústria e ambiente", *Ler História*, 42, pp. 119-152.
- MATOS, A.C. (2003): "A indústria do Gás em Lisboa: uma área de confluência de várias abordagens temáticas", *Penélope*, 29, pp. 109-129.
- MEDEIROS, C.A. (1983): "Introdução Geográfica", em J. H. Saraiva, *História de Portugal*, vol.1, Lisboa, Alfa, pp. 5-30.
- MELO, M.C.J. (2010): *Contra cheias e tempestades: Consciência do território debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal 1852-1886*, Florença, Instituto Europeu de Florença. – Tese de Doutoramento em História e Civilização.
- MOORE, J.W. (2000): "Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization", *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, 23(3), pp. 409-433.
- MOORE, J.W. (2009): "Madeira, Sugar, & the Conquest of Nature in the 'First' Sixteenth Century, Part I: From 'Island of Timber' to Sugar Revolution, 1420-1506", *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, 32(4), pp. 1-46.
- MOORE, J.W. (2010): "Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the 'First' Sixteenth Century, Part II: From Local Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530", *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, 33(1), pp. 1-24.
- MURTEIRA, H. (2004): "The Lisbon earthquake of 1755: the catastrophe and its European repercussions" *Economia Global e Gestão*, Lisboa, vol. 10, pp. 79-99 (disponível em <http://lisbon-pre-1755-earthquake.org/the-lisbon-earthquake-of-1755-the-catastrophe-and-its-european-repercussions/>).
- NAVE, J.G. (2000): *The Politics of Environmental Groups in Portugal: A Case Study on Institutional Contexts and Communication Processes of Environmental Collective Action*, European University Studies - EUI, PhD theses, Department of Political and Social Sciences, Florença, European University Institute.
- NETO, M.S. (2007): "Historiografia rural portuguesa", *Studia historica. História moderna*, 29, pp. 251-275.
- NETO, M.S. (2013): *Problemática do Saber Histórico – Guia de estudo*, Lisboa, Palimage.
- NUNES, J.P.A. (2005): *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, 2 volumes, Coimbra, 2005. – Tese de doutoramento em História.
- NUNES, J.P.A. (2007): "Efeitos colaterais do "fomento industrial". O exemplo do subsector português do volfrâmico até à década de 1950", *História. Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III, 8, pp. 273-297.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. (1978): *História de Portugal: Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio* (2 vols.), Lisboa, Palas (8ª ed.; 1ª ed. Março de 1972).
- OLIVEIRA, António de (1968): "Para a história do significado botânico do milho zaborro". *ARQUIVO COIMBRÃO. Boletim da biblioteca municipal de Coimbra*, Coimbra, Vol. XXIII, pp. 97-110.
- OLIVEIRA, N.G. (2011): *José Bonifácio de Andrade e Silva: O primeiro ecologista de Portugal e do Brasil*, Gaia, Águas e Parque Biológico de Gaia.
- PADUA, J.A. (2010): "As bases teóricas da história ambiental", *Estudos Avançados*, vol. 24, n. 68, pp. 81-101.
- PAeM (2016): *Portugal. Ambiente em Movimento*, Cooperação CES-Centro de Estudos Sociais da UC-Universidade de Coimbra, CETEM-Centro de Tecnologia Mineral, Brasil e Socius, ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão da UL-Universidade de Lisboa (disponível em: <http://www.ambientemovimento.org/> [consultado em 01.02.2016]).
- PEREIRA, A.S. (2006): *The Opportunity of a Disaster: The Economic Impact of the 1755 Lisbon Earthquake*, CHERRY DP 03/06, Center for Historical Economics and Related Research at York. - (CHERRY Discussion Paper Series) (disponível a partir de <http://www.york.ac.uk/>).
- PEREIRA, S.D.; FREITAS, J.G.; BERGAMASHI, S. y PEREIRA, S. (2014): *Formação e Ocupação de litorais nas margens do atlântico - Brasil/Portugal*, Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas
- PEREIRA, S.D.; RODRIGUES, M.A.; BERGAMASHI, S. y FREITAS, J.G. (2015): *O homem e as zonas costeiras*, Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas.
- PIMENTA, José Ramiro (2008): *O lugar do passado em Martins Sarmento*, Porto, Figueirinhas.
- QUEIROZ, A.I. (2005): "Building landscape memory through combined sources: commons afforestation in Portugal", em B. Tress, G. Tress, G. Fry y P. Opdam (eds.), *From Landscape Research to Landscape Planning: Aspects of Integration, Education, and Application*, Wageningen UR Frontis Series, Volume 12. Dordrecht: Springer, pp. 335-344.
- RAMOS-PEREIRA, A. et al. (2010): "Presentation of the FMI 5000 Project: Environmental changes: Fluvio-marine interactions over the last 5000yrs", *Geophysical Research Abstracts*, 12, EGU2010-13139.
- RAMOS-PEREIRA, A. et al. (2011): "FMI 5000: um projeto sobre mudanças ambientais holocénicas", *Finisterra*, XLVI, 91, pp. 99-106.
- RAU, V. (1963): "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, n.º 1-2, Braga.
- RIBEIRO, O. (1986): *Iniciação em Geografia Humana*, Lisboa, Edições João Sá da Costa

- RIBEIRO, O. (1992): *Geografia e Civilização: Temas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.
- RIBEIRO, O. (1993): *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), Lisboa, Edições Sá da Costa.
- RIBEIRO, O., *Orlando Ribeiro, 1911-1997* (disponível em <http://www.orlando-ribeiro.info/en/home.htm>, consultado a 23 de Fevereiro 2016).
- RODRIGUES, M.A.; PEREIRA, S. y BERGAMASHI, S. (eds.) (2013): *Interações Homem - Meio nas zonas costeiras - Brasil/Portugal*, Rio de Janeiro, Corbã Editora.
- ROQUE, A. (1999): "Natural environment: looking for the land in the sky and the sea (Portuguese travels and the recognition of the South East African Coast during the 1st half of the 16th century)", *Global Knowledge Series for Arts and Sciences* (GKAS), Uppsala, Sweden.
- SAAVEDRA, M. (2013): "Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX", *Etnográfica*, vol.17 no.1 Lisboa.
- SAAVEDRA, M.A.M. (2010): "*Uma Questão Nacional: Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*", Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade: Antropologia Social e Cultural, Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.
- SANTOS, J. C. (2014): *III Workshop on Historical Climatology: Conference Proceedings*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- SANTOS, J.A. et al. (2015): "New insights into the reconstructed temperature in Portugal over the last 400 years", *Climate of the Past*, 11, pp. 825-834
- SARAIVA, T. (2009): "Laboratories and Landscapes: the Fascist New State and the Colonization of Portugal and Mozambique", *Journal of History of Science and Technology*, 3.
- SARAIVA, T. (2010): "Fascist landscapes: geneticists, wheat, and the landscapes of fascism in Italy and Portugal", *Historical Studies in the Natural Sciences*, 40(4), pp. 457-498.
- SARAIVA, T. (2015): "Fascist Modernist Landscapes: Wheat, Dams, Forests, and the Making of the Portuguese New State", *Environmental History*, 21 (1), pp. 54-75
- SCHMIDT, L. (2008): "Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes", en M. VILLAVERDE-CABRAL e outros (orgs.), *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 285-314.
- SILBERT, A. (1978): *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIIIe-Début du XIXe Siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée* (1965), 3 vols, Lisboa, INIC, 1978
- SILVA, J.M.L. (2011): *Volfro! Esboço de uma Teoria Geral do Rush Mineiro: o caso de Arouca*, Arouca, ALPA.
- SILVA, L.; FERNANDES, L. y BARCA, S. (2015): *Environmental Justice Atlas. Portugal* (disponível em: <https://ejatlas.org/> [consultado em 30.11.2015]).
- SILVA, P.G. (2013): *No Rasto da Draga - Exploração Mineira e Protesto Popular numa Aldeia da Beira Baixa (1912-1980)*, Castro Verde, 100 Luz Editora.
- SILVEIRA, L.N.E. (1988): *Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos Bens Nacionais no Distrito e Évora (1834-1852)*, Lisboa, 1988, Tese de doutoramento em História apresentada à Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa.
- SILVEIRA, L.E. (1994): "Land use evolution in Alentejo since the 19th century: sources and methodology", en Michael Goerke (ed.), *Coordinates for Historical Maps*, Gottingen: Max-Planck-Institut für Geschichte, pp. 43-48.
- TABORDA, J.P.; ALCOFORADO, M.J. y GARCIA, J.C. (2004): "Climate in southern Portugal in the 18th century. Reconstruction based on instrumental and documentary sources", *Geo Ecologia*, 2, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- TAVARES, B.R. (2013): *O Ambiente e as Políticas Ambientais em Portugal: Contributos para uma Abordagem Histórica*. Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, Curso de Cidadania Ambiental e Participação.
- TORGAL, L.R.; MENDES, J.A. y CATROGA, F. (1996): *História da História de Portugal: séculos XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VAQUINHAS, I. (1991): "Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88", *Análise Social*, vol. xxvi (112-113), pp. 689-703.
- VITORINO, F. (2000): "Agricultura e Mineração, uma Coexistência Difícil. As Minas do Vale do Vouga e as Comunidades do Vale do Rio Águeda, 1889-1924", *Gestão E Desenvolvimento*, 9, pp. 255-299.
- WALLERSTEIN, I. (2004): "A descoberta da economia-mundial", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 3-16.
- WORSTER, D. (1991): "Para fazer história ambiental", *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 198-215.
- ZÉZERE, J. L. et al. (2010): *DISASTER - Desastres Naturais de origem Hidro-Geomorfológica em Portugal: Base de Dados SIG para apoio à decisão no ordenamento do território e planeamento de emergência*, Actas / Proceedings do V Congresso Nacional de Geomorfologia, Porto, 8-11 Dezembro de 2010.